

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
UNIPAMPA – CAMPUS SÃO BORJA**

**VITÓRIA SCHIMITZ NICOLI**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**

**SÃO BORJA  
2022**

**VITÓRIA SCHIMITZ NICOLI**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Emilene Berwig

**SÃO BORJA**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

N644c Nicoli, Vitória Schimitz  
Condições de trabalho na pandemia da Covid-19 no Brasil /  
Vitória Schimitz Nicoli.  
37 p.  
  
Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, SERVIÇO SOCIAL, 2022.  
"Orientação: Solange Emilene Berwig".  
  
1. Questão social. 2. Pandemia. 3. Trabalho. I. Título.

**VITÓRIA SCHIMITZ NICOLI**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 11 de março de 2022.

Banca examinadora:

---

Prof.ª Dra. Solange Emilene Berwig  
Orientadora  
UNIPAMPA

---

Prof.ª Dra. Monique Bronzoni Damascena  
UNIPAMPA

---

Prof.ª Dra. Rosilaine Coradini Guilherme  
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/03/2022, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **VITORIA SCHIMITZ NICOLI, Aluno**, em 18/03/2022, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ROSILAINE CORADINI GUILHERME, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/03/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MÔNIQUE BRONZONI DAMASCENA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/03/2022, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0750886** e o código CRC **80868152**.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

**Resumo:** O trabalho de conclusão de curso em serviço social (TCC) tem como tema central o agravamento da questão social e suas expressões na Pandemia. O objetivo desta proposta foi estudar os reflexos da pandemia da covid-19 para a classe trabalhadora a fim de refletir sobre o agravamento da questão social no Brasil. Este trabalho parte da pesquisa realizada durante o TCC1. A pesquisa de base foi um estudo qualitativo, de caráter exploratório, a natureza da pesquisa é de fonte documental orientada pelo método dialético crítico. Coerente com a proposta da pesquisa utilizamos como instrumento para coleta um roteiro documental que imprime a técnica documental de levantamento de informações em fontes oficiais (IBGE, IPEA, DIEESE), o período observado para a coleta foi de 2019 a 2021. A análise foi construída a partir da análise de conteúdo. Compreende-se que a pandemia da Covid-19 contribui significativamente para um período de crise em nível mundial. No contexto brasileiro, cenário da pesquisa, observamos impactos importantes no campo da saúde da população com a demora nas medidas de proteção e elevado número de óbitos. Identificamos o acirramento das expressões da questão social especialmente no que diz respeito as desigualdades, desemprego, aumento da pobreza, desproteção do trabalho e ampliação da precarização laboral. Os dados identificados evidenciam o impacto da pandemia da Covid-19 em toda a sociedade, com reflexos mais severos para o conjunto da classe trabalhadora através do aumento do desemprego e aumento do custo de vida, sem ampliação robusta das ações de proteção por parte do Estado brasileiro.

**Palavras-chaves:** Questão Social; Pandemia; Trabalho.

**Resumen:** El Trabajo de Terminación de Curso en Servicio Social (TCC) tiene como tema central el recrudecimiento de la problemática social y sus expresiones en la Pandemia. El objetivo de esta propuesta fue estudiar los reflejos de la pandemia de covid-19 para la clase trabajadora para reflexionar sobre el empeoramiento de la cuestión social en Brasil. Este trabajo forma parte de la investigación realizada durante el TCC1. La investigación base fue un estudio cualitativo, de carácter exploratorio, la naturaleza de la investigación es de fuente documental guiada por el método dialéctico crítico. En concordancia con la propuesta de investigación, se utilizó como instrumento para la recolección un guión documental que imprime la técnica documental de recolección de información de fuentes oficiales (IBGE, IPEA, DIEESE), el período observado para la recolección fue del 2019 al 2021. El análisis se construyó a partir del análisis de contenido. Se entiende que la pandemia de Covid-19 contribuye significativamente a un período de crisis en todo el mundo. En el contexto brasileño, donde se realizó la investigación, se observaron impactos importantes en el campo de la salud de la población con la demora en las medidas de protección y el elevado número de muertes. Identificamos la intensificación de expresiones de la cuestión social, especialmente en lo que respecta a las desigualdades, el desempleo, el aumento de la pobreza, la desprotección en el trabajo y la expansión de la precariedad laboral. Los datos identificados muestran el impacto de la pandemia de Covid-19 en el conjunto de la sociedad, con consecuencias más severas para el conjunto de la clase trabajadora con ampliación del desempleo y el costo de vida, sin una robusta ampliación de las acciones de protección por parte del Estado brasileño.

**Palabras-llave:** Cuestión Social; Pandemia; Trabajo.

## 1 INTRODUÇÃO

Entramos o ano de 2022 absorvidos pelos debates da pandemia da Covid-19 e suas variações entre todas as formas de prejuízo que o cenário pandêmico impulsionou – adoecimento, óbitos, desemprego, crise econômica, crise sanitária e tantas outras que podem ser detalhadas. Vivenciamos também os reflexos da pandemia da Covid-19 sobre o processo de formação acadêmica.

Ainda que entendamos a necessidade do afastamento social como medida preventiva, é imperioso observar a experiência da formação acadêmica, que ficou prejudicada em virtude da implantação da modalidade do Ensino Remoto Emergencial, que se mantém até o momento - fevereiro de 2022. Tal modalidade de ensino incidiu no afastamento do ambiente presencial e colocou docentes e discentes em uma situação de fragilização do processo de ensino/aprendizagem, bem como, significou a fragilização das condições de trabalho para os docentes que tiveram que dar conta das condições objetivas para exercer suas funções profissionais.

Ao chegar ao processo de construção do trabalho de conclusão de curso, entendemos que entre tantas possibilidades a escolha de estudar o contexto da pandemia apresenta um caráter singular - de se apropriar da realidade em movimento -, logo, observar os reflexos sobre as condições de trabalho no Brasil frente ao cenário pandêmico, surgiu como possibilidade de desvendamento das mediações com o real em seu tempo histórico. Diante das profundas alterações vivenciadas por toda a sociedade e os desdobramentos que decorrem do cenário pandêmico, entendemos como oportuno estudar os reflexos da pandemia, tema deste estudo, tendo como delimitação o contexto brasileiro.

No processo de aproximação sucessiva com o tema elencado, desenvolvemos o estado da arte realizado na fase exploratória do estudo com a intenção de oferecer subsídios que contribuíssem para a maturação do objeto de estudo. O estado da arte foi desenvolvido a partir de uma busca por produções acadêmicas, brasileiras. Foi realizada uma busca por artigos científicos entre o período de 2019 e 2021, utilizando-se da ferramenta de busca *google* acadêmico, tendo como ponto de partida o conjunto de palavras-chave sozinhas ou combinadas: questão social, pandemia, Covid-19, expressões da questão social, Brasil.

Após o levantamento foi possível fazer uma triagem dos textos. Identificamos em primeiro lugar uma vasta e importante produção quanto ao tema da pandemia em

relação a crise sanitária, precarização da saúde e adoecimento mental; em segundo lugar uma produção que trata da pandemia e desemprego, e por último em menor volume textos que tratam especificamente do debate da questão social e pandemia. Tais informações contribuem para o fortalecimento da proposta de elaborar uma pesquisa que busque desvendar as mediações ente os reflexos da pandemia da Covid-19 e a questão social.

Pesquisar é uma prática desafiadora que permite construir novos conhecimentos. Pesquisar sobre o tema da pandemia e a questão social contribui para novas apreensões sobre o assunto, logo, torna-se relevante para as possíveis apreensões pessoais da estudante, para o âmbito acadêmico e as produções que podem ser resultantes para além deste trabalho, bem como para a área profissional do Serviço Social que vem sendo convocado a atuar nas demandas da pandemia da Covid-19.

É fundamental a importância da pesquisa tanto para o âmbito acadêmico como para a sociedade, pois contribui para o avanço do conhecimento e para a compreensão da realidade social. A pesquisa assume um papel que proporciona uma formação com capacitação e uma intervenção qualificada, mais que um instrumento para a construção de conhecimento potencializa o exercício da postura investigativa que busca compreender a realidade social, nesse caso o agravamento da questão social e suas múltiplas expressões no contexto da pandemia.

O presente artigo materializa o trabalho de conclusão de curso em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, resultado da pesquisa que buscou compreender o agravamento da questão social e suas expressões na pandemia da Covid-19 no Brasil entre o período de 2019 e 2021 (2019 notificação do primeiro caso de Covid-19 no país e 2021 fechamento do período de coleta de dados e elaboração da pesquisa). Apresentamos a seguir a organização da pesquisa que deu origem a este trabalho.

Retomando o tema da pesquisa – os reflexos da pandemia sobre a classe trabalhadora, delimitamos seu estudo no tempo entre o período de 2019 a 2021 e no espaço – na realidade brasileira, assim temo como delimitação desta pesquisa o estudo dos reflexos da pandemia da Covid-19 sobre a classe trabalhadora no Brasil entre o período de 2019 e 2021. Com a definição da temática e sua delimitação chegamos ao problema de pesquisa: *Quais os reflexos da pandemia da Covid-19 para a classe trabalhadora no Brasil?* Sob a compreensão de que o problema de pesquisa

é a construção de um objeto de estudo, escolheu-se formular um problema em forma de pergunta, de maneira clara e precisa, delimitando uma dimensão viável. A fim de contribuir para o processo de aproximação ao objeto de estudo, visando responder ao problema de pesquisa, desdobra-se a discussão central em eixos menores a seguir indicados.

O proceder metodológico define a realização da pesquisa, conforme Minayo (2002, p.16) “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, compreende-se que é a partir deste conceito que o conjunto de ideias, teorias e procedimentos se materializam. Partimos da indagação do problema de pesquisa para a elaboração de questões norteadoras, que como sugere nome, visam nortear, ou subsidiar as pistas e análises que servem para responder tal problema. Definimos quatro questões, a saber: 1) Quais os índices de desemprego no período pandêmico no Brasil? 2) Quais as ações implementadas para sustentação da renda no Brasil durante a pandemia? 3) Que ações o governo federal brasileiro lançou para combater o desemprego durante a pandemia? E, 4) Quais os reflexos sentidos à classe trabalhadora na pandemia?

De acordo com o problema de pesquisa e das reflexões realizadas, apresenta-se como objetivo geral: *Estudar os reflexos da pandemia da covid-19 para a classe trabalhadora a fim de refletir sobre o agravamento da questão social no Brasil*. Nessa perspectiva, definiu-se também um conjunto de objetivos específicos: 1) Verificar os índices de desemprego no período pandêmico no Brasil; 2) Identificar ações de sustentação da renda durante a pandemia; 3) Identificar ações do governo federal no combate ao desemprego durante a pandemia; 4) Problematizar os reflexos da pandemia sobre a classe trabalhadora.

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório, de natureza documental. Foi utilizado para coleta dos dados o roteiro de coleta documental e a análise foi elaborada através da análise de conteúdo segundo Bardin (2016). O universo da pesquisa configura-se por documentos de domínio público com informações que não passaram por tratamento analítico, a amostra então está configurada pelos documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos (DIEESE) dos anos de 2018 a 2021.

Todo o percurso de pesquisa, bem como a redação final deste trabalho estão amparados pelo método dialético crítico que indaga mais do que fatos isolados, ou

seja, a sua indagação corresponde a conexão entre os variados fatores que envolvem uma realidade. A dialética busca desvendar as mediações que constituem a totalidade, para avançar na compreensão da coisa em si, superação da aparência para a essência. Concentramos as análises sobre as categorias do método: contradição, historicidade e totalidade.

Este artigo encontra-se organizado em cinco seções produzidas com a finalidade de responder aos objetivos da pesquisa além dos itens obrigatórios – resumo, palavras-chave e referências. No item 1 aprestamos esta introdução composta pela apresentação da metodologia da pesquisa de origem do texto final. No item 2 abordamos a categoria teórica trabalho a qual buscamos recuperar as transformações no mundo do trabalho, seguido do item 3 que trata das apreensões sobre a questão social, fundamental para as análises estabelecidas sobre a pesquisa. No item 4 tratamos de apresentar os resultados identificados pela pesquisa que busca desvendar as mediações da realidade social em relação com a pandemia e o aprofundamento da questão social e por fim, apresentamos os desfechos e reflexões finas nas conclusões.

## **2 TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO**

Para iniciar a discussão sobre as transformações no trabalho, é importante salientar que desde os primórdios o trabalho faz parte da história. Ele se configura como uma das primeiras necessidades do ser humano, a fim de garantir a sua sobrevivência. “O trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social” (MARX, 1974, p.148). A essência do ser humano está no trabalho, é através dessa técnica que o homem transforma a natureza e se transforma. Na proporção que o homem transforma a natureza ele adquire novos conhecimentos e habilidades, originando novas situações que possibilitam a modificação da sociedade.

Os conhecimentos adquiridos por um indivíduo tendem a se tornar patrimônio de toda a sociedade. Em mais ou menos tempo, dependendo do caso, os novos conhecimentos se generalizam a todos indivíduos. O que era de domínio de apenas uma pessoa torna-se conhecimento de toda a humanidade. (LESSA e TONET, 2004, p.14).

É por meio do trabalho que o homem se diferencia dos demais seres vivos da natureza, pois os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também se constroem como indivíduos. Nessa perspectiva, a transformação da natureza e dos indivíduos consiste na estrutura do mundo moderno.

E esta articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório). É este processo de acumulação de novas situações e de novos conhecimentos – o que significa, novas possibilidades de evolução – que faz com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente (isto é, no plano do ser) distinto da natureza. (LESSA e TONET, 2004, p. 15).

A partir do contexto econômico e social oriundo do desenvolvimento das fases do capitalismo o mundo do trabalho passa por modificações, em especial mudanças que são provocadas pela necessidade de reorganização do capital para ampliação do lucro. É a partir do modo de produção capitalista que surge a divisão social do trabalho e diante disso, o excedente de produção, tornando-se possível a exploração do homem pelo homem. A compreensão da organização da sociedade em duas classes, antagônicas entre si passa pela compreensão do percurso histórico que configura o capitalismo, que nos estudos marxistas partem da análise do contexto da organização social dos trabalhadores frente ao processo de revolução industrial.

A revolução industrial do século XVIII, implicou em diversas transformações na economia mundial, é a partir dessa revolução que surgem as grandes indústrias, as máquinas e novas invenções tecnológicas. Contudo, com o sistema de máquinas auto-reguladas, acontece um forte descolamento do trabalho vivo pelo morto, o homem passa a realizar outras funções, mais abstratas e em alguma medida alienado do processo produtivo e dos resultados de seu trabalho. É a partir da inovação tecnológica e da incorporação destas tecnologias para acumulação da mais valia relativa que se consolida o desenvolvimento do capitalismo, dando origem a novas formas e novos significados de trabalho. (LESSA e TONET, 2004).

No limiar das transformações do trabalho, destacamos no final do século XIX a experiência de Henry Ford (empresário norte americano), denominada de modelo fordista para o sistema de produção indústria. Ford introduziu novos conceitos no processo produtivo para fins de organização dos fluxos, tempos e movimentos. O modelo fordista consiste na organização da produção de forma mais acelerada, pela

utilização da esteira de atividades repetidas e ultra especializadas o que resulta em um sistema de produção em massa.

O conceito-chave da produção em massa não é a ideia de linha contínua, como muitos pensam, mas a completa e consistente intercambiabilidade de partes, e a simplicidade de montagem, [...] as mudanças implantadas permitiram reduzir o esforço humano na montagem, aumentar a produtividade e diminuir os custos proporcionalmente à elevação do volume produzido (WOOD, 1992, p.9).

Tal experiência, o fordismo, tinha o objetivo de atingir um mercado consumidor crescente embora tenha sido pensada para a indústria automobilística esta forma de conduzir o processo produtivo foi replicado em diferentes áreas da indústria, alterando profundamente a configuração das relações de trabalho. As contradições inerentes ao processo se consolidam nos avanços da indústria sob a pena de ampliação da exploração da classe trabalhadora. “O operário não tinha perspectivas de carreira e tendia a uma desabilitação total. Além disso, a tendência de superespecialização e perda das habilidades genéricas passou a atingir também os demais níveis hierárquicos” (WOOD, 1992, p. 10). Esse processo produtivo fragmentou o trabalho em partes, consideradas essenciais, organizando as tarefas a ser realizadas por cada trabalhador, reduzindo tais atividades a movimento repetitivos conectados a uma esteira ou linha de montagem. Esta forma de organização submeteu os trabalhadores a executar um trabalho repetitivo e desgastante.

O fordismo se mostrou um sistema extremamente rígido e inflexível, a consequência direta da crise desse sistema, foi o descontrole de uma produção em massa. Com a superação do fordismo são incorporadas novas formas que sejam capazes de manter o processo produtivo sob uma nova perspectiva que não da produção em massa.

Com a incorporação de um novo sistema de produção o Toyotismo (entre 1948 e 1975) uma nova forma de organizar o trabalho é inserida sob a perspectiva da acumulação flexível que se constitui – resultado da reestruturação produtiva. Diferente do sistema fordista que gerava uma produção em massa a flexibilização do Toyotismo é a principal característica deste modelo que busca a máxima eficiência sem acumulação de estoques. O trabalho é organizado sob demanda o que flexibiliza o processo produtivo e por consequência as relações de trabalho. Além dos fatores de adequação da produção x demanda, redução dos estoques, diversificação de

produtos e automatização de etapas da produção o sistema Toyotista ou de acumulação flexível multifuncional.

O sistema de produção flexível é uma produção vinculada à demanda em que o trabalhador passa a operar várias máquinas ao mesmo tempo. Esse modelo dimensiona a inter-relação entre capital e trabalho, pois buscava um trabalhador mais especializado, qualificado, participativo, multifacetado, polivalente. Esse sistema, em essência, não seria mais que uma evolução do fordismo, para Wood (1992, p. 15) “equivale a dizer que o sistema estaria exposto às mesmas contradições básicas do seu antecessor”. Consiste fortemente na exploração máxima do trabalhador, intensificando a precariedade do emprego e desregulamentando as condições de trabalho.

Os avanços tecnológicos, a modificação dos meios de produção e o acirramento da concorrência acarretaram transformações econômicas e sociais. A era da flexibilização, “[...] têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza” (ANTUNES, 2000, p. 35).

O processo de reestruturação do trabalho sob a égide da flexibilização implicou em profundas alterações nos processos de produção afetando a esfera das relações sociais. Não se trata então de uma alteração simples no espaço fabril/industrial, mas uma mudança substancial no campo das relações sociais.

[...] tanto no sentido de uma vertiginosa automação industrial e informatização dos procedimentos administrativos, quanto da pulverização das próprias formas de relação dos homens com o trabalho que, sob a dominância da desregulamentação das relações trabalhistas, passaram a incluir cada vez mais uma diversidade enorme de vínculos – o trabalho temporário, de tempo parcial, terceirizado, informal, o subemprego etc. –, o que vem promovendo a fragmentação das formas de relação tanto dos homens com o trabalho como entre si, tornando-se cada vez mais difícil a coesão dos trabalhadores em torno de lutas e reivindicações comuns. Tudo isso quer dizer que a situação sociolaboral atual tem sido marcada por um processo de flexibilização em todos os níveis do mundo do trabalho (MABDELBAUM e RIBEIRO, 2017, p.19).

O processo produtivo de acumulação flexível é caracterizado pelo aumento da produtividade e da competitividade, portanto, é a partir da flexibilização das estruturas produtivas e salariais, que geram enormes consequências no mundo do trabalho. É evidente que com a reestruturação e flexibilização ocorre um “incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado” (ANTUNES, 2000, p.42).

A precariedade do trabalho diz respeito às suas condições e relações, pois além do contexto de ausência de condições dignas para o exercício laboral, apresentam-se os desafios das relações de trabalho espaço em que figura o Estado e a legislação trabalhista. É um campo permeado de contradições e tensionamentos em que a classe trabalhadora está sempre perdendo direitos e garantias sociais<sup>1</sup>, tudo se convertendo em precarização, desemprego, informalidade crescente, subempregos e formas de subcontratação legitimados pelo Estado.

O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação (ANTUNES, 2009, p.50).

Ao longo da história do capitalismo enquanto modo de produção dominante, importantes alterações acontecem no mundo do trabalho a fim de reorganizar os processos produtivos e relações laborais. Atualmente, percebemos a intensificação da exploração do trabalho humano, da forma que o desenvolvimento tecnológico leva a uma exclusão da mão de obra humana, gerando um aumento de trabalho precarizado e desregulamentado – ou, regulamentado para servir ao acúmulo de capital. Temos como respostas da reorganização laboral no contexto do capitalismo desemprego estrutural, trabalho precarizado e desigualdade social que afeta substancialmente a classe trabalhadora.

Estas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc. (ANTUNES, 2000, p. 43).

Apesar que as análises sobre a sociologia do trabalho se constituam sobre o trabalho fabril, Antunes (2000) alerta para a nova morfologia do trabalho que tem em seu núcleo central o proletariado industrial produtivo, contudo, esse proletariado não

---

<sup>1</sup> A exemplo disso o processo recente no Brasil, em 2017, apontamos a alteração da legislação trabalhista e aprovação da legislação que regulamente a terceirização irrestrita. Passados 4 anos de sua aprovação já demonstra total ineficiência de proteção aos trabalhadores, e ineficiência de contribuir para geração de novos postos de trabalho protegidos.

é mais aquele proletariado da era fordista, mas, um trabalhador inserido em trabalhos informais e altamente precarizados.

A classe trabalhadora em 2022 não é idêntica àquela existente em meados do século XX, e apesar de todos os avanços e incorporações tecnológicas o trabalho humano não está em vias de desaparecimento, ou perdeu seu sentido estruturante, pois o trabalho humano ainda é demandado no âmbito da produção da riqueza, cada vez mais precarizado e explorado (ANTUNES; ALVES, 2004). A realidade do mundo do trabalho aponta para a intensificação da exploração da classe trabalhadora, e o modo de produção capitalista segue contribuindo para as alterações laborais necessárias a superação de suas crises cíclicas.

### **3 APREENSÕES SOBRE A QUESTÃO SOCIAL**

Compreender a questão social demanda conhecer a relação íntima que a conecta ao modo de produção capitalista que engendra as desigualdades sociais. A questão social tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, configurando a lei geral da acumulação capitalista. A questão social decorre do desenvolvimento capitalista, a partir da expansão da industrialização e do mercado, sendo ela produzida pela apropriação privada da riqueza e da exploração do trabalho, “a questão social seria determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital-trabalho, a exploração, fruto da sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 45).

A questão social não se refere somente ao conjunto de desigualdades sociais, para que se conforme a questão social é preciso observar no percurso histórico a resistência da classe trabalhadora que se estabelece a partir da tomada de consciência desta sobre a realidade social (IAMAMOTO, 2013).

Diante do fenômeno do pauperismo que atingia a classe trabalhadora na Inglaterra no fim do século XIX e dos processos que se desencadeiam neste período – exploração, pobreza, ausência de condições dignas de vida, apropriação privada da riqueza, a classe trabalhadora insurge de forma a enfrentar as condições aviltantes a que estava subordinada. Num primeiro momento os trabalhadores insatisfeitos se movimentam a fim de enfrentar as condições de pauperização vivida, sem, contudo, organizar-se o que gera um movimento operário fragilizado, fragmentado e suscetível aos desmantelos do capital.

A tentativa inicial de mobilização dos operários na reivindicação de melhores condições de trabalho é violentamente reprimida o que faz com que os trabalhadores recuem de suas reivindicações.

Em 1848 a classe trabalhadora saiu impulsivamente às ruas em um movimento como jamais se vira [...] os trabalhadores foram massacrados pelos guardas [...] o vigor do massacre e a perda de muitos dos seus líderes fizeram com que os trabalhadores se afastassem temporariamente da luta revolucionária (MARTINELLI, 2006, p. 51).

É com o amadurecimento da classe trabalhadora frente as situações de exploração e aprofundamento das desigualdades, e o enfraquecimento da ordem social burguesa que surge um movimento operário mais combativo e fortalecido nos anos de 1870 na Inglaterra. “A década de 1870 encontrou um operário mais combativo, forte e alimentado pelas experiências associativas que vinham desenvolvendo desde 1824” (MARTINELLI, 2006, p. 51).

A luta dos trabalhadores social e econômica (em um primeiro momento) transformava-se pela maturação da classe trabalhadora em uma luta política – a luta de classes vinculada a compreensão de duas classes socialmente antagônicas. Esta compreensão leva ao que Martinelli (2006) denomina a identidade de classe, o que conduz para a consciência de classe.

O reconhecimento da questão social passa pelo entendimento das desigualdades e pela formação da classe operária, sua identidade e posição política (e entrada no cenário político). A movimentação organizada dos operários e as condições subumanas de vida demandaram o reconhecimento da classe trabalhadora pelo Estado e por consequência a implementação de ações e políticas que tendessem os interesses e necessidades dos trabalhadores. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Frente a exploração ocorrida durante décadas, a classe trabalhadora adquiriu consciência, e então, passou a reivindicar, a lutar em busca de melhores condições de vida e trabalho o que demanda a intervenção de um novo agente – o Estado. Para que a proteção à classe trabalhadora se materialize é preciso que o Estado como órgão regulador atue sob a perspectiva da garantia de direitos, à necessidade de promover o bem-estar social “[...] e unir esforços para conferir aos trabalhadores de todo o mundo os meios de subsistência de forma digna e com a devida proteção” (PELEGRINI, 2014, p. 117). Contudo, sabemos que a presença do Estado e das legislações não significa proteção ou defesa da classe trabalhadora, não são poucos

os exemplos na história que configuram uma atuação do Estado de criminalização da pobreza, e de punição aos trabalhadores, especialmente aqueles que desempregados, apontando para a presença contraditória da figura do Estado quanto a proteção da classe trabalhadora.

A partir da tomada de consciência dos operários sobre sua condição enquanto classe, os movimentos revolucionários marcam as determinações do que configura questão social em suas múltiplas expressões.

Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, 2013, p. 331).

Sendo considerada e entendida como um conceito, a questão social é estabelecida pelas suas expressões, segundo Santos (2008, p. 27) “significa dizer que o que tem existência real não é a “questão social” e sim suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista”. Compreendemos que tanto as expressões ou mesmo a questão social são unidades de um único complexo social. Compreender as expressões contribui para apreender as mediações que guardam as conexões do que configura a questão social.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

A questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade, sendo elas econômicas, políticas e culturais e o movimento de rebeldia da classe trabalhadora. É no antagonismo de classes que se revelam os interesses da classe dominante (burguesia) que é produzir capital em detrimento de qualquer interesse coletivo ou de satisfação das necessidades humanas. A produção coletiva da riqueza e sua forma de apropriação privada, dinâmica própria do modelo de produção capitalista, gera ao mesmo tempo riqueza e pobreza. Este elemento é uma das contradições do capital que ao produzir riqueza expande a desigualdade social.

É a apropriação do trabalho humano que se sustenta o capitalismo, ou seja, o que possibilita a riqueza e acúmulo de capital é a exploração da força de trabalho. O capitalismo ainda em sua fase industrial (antagônico e pleno de contradições) serve como um ponto de inflexão, um divisor de águas na história da sociedade alterando profundamente as relações sociais (MARTINELLI, 2006).

O desenvolvimento do capitalismo é o principal responsável pela polarização da riqueza e pobreza, propiciando a reprodução das múltiplas manifestações das expressões da questão social.

Marx nos leva a compreender que em distintas fases de desenvolvimento do capitalismo são produzidas e reproduzidas múltiplas manifestações da questão social, de natureza distintas. Porém, vale enfatizar que, para além das suas manifestações imediatas, a essência da questão social permanece a mesma, na medida em que a dinâmica da acumulação capitalista, ainda continua a nos desafiar, no século XXI (RAPOSO; BELO, 2018, p. 15).

A compreensão do modo de produção capitalista revela o contexto concreto em que se sustentam as análises do surgimento da questão social. Os estudos e análises da realidade sob uma perspectiva crítica demandam um olhar sobre as condições que configuram determinado contexto no espaço e tempo.

Situar a questão social no Brasil nos conduz a compreensão sobre suas particularidades, “o aparecimento da “questão social”, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p. 125).

O Brasil foi um país colonizado, forjado pela exploração humana e marcado pelo processo de escravidão dos povos indígenas (povos originários) e de pessoas trazidas do continente africano. A história do Brasil é marcada pela experiência da exploração em todas as suas faces, da exploração das riquezas naturais e dos seres humanos originários desta terra.

Ainda que não seja aqui recuperar a conformação sócio-histórica brasileira, situamos a apreensão da questão social no contexto brasileiro atravessado por elementos que configuram suas particularidades. A história do Brasil é a história de um país fundado pela colonização portuguesa, pela exploração das riquezas naturais, escravidão de povos indígenas e população africana oriunda do tráfico de

peças escravizadas, genocídio dos povos originários<sup>2</sup>, apropriação das terras por latifúndios, industrialização tardia e capitalismo dependente.

O Brasil é um país extremamente desigual, marcado pela injustiça social. No que diz respeito ao processo de industrialização no país essa é definida como um processo tardio se comparado com a industrialização dos países europeus – a industrialização no Brasil ocorreu quase 200 anos depois dos países da Europa. O tempo em que ocorre a industrialização brasileira e sob que condições configuram as particularidades da questão social no território nacional, pois o contexto de industrialização tardia brasileira nos orienta para apreensão das condições econômicas e sociais da realidade do país.

Reconhecer o processo de industrialização tardia no Brasil e suas repercussões - crescimento desordenado das cidades, êxodo rural, exploração da mão de obra fabril, mercado industrial de reserva, empobrecimento da população -, também nos convoca a compreender a intervenção do Estado junto as demandas da sociedade para enfrentamento das demandas da população. Guardadas as proporções e particularidades o que liga uma experiência a outra é a introdução do modelo de produção capitalista e o avanço do capital sob a ordem da exploração da mão de obra para acúmulo de capital, a divisão da sociedade em duas classes antagônicas e a configuração da questão social e suas múltiplas expressões. Tais elementos são importantes para elucidar o trabalho de pesquisa que buscou revelar as condições dos trabalhadores no contexto da pandemia no Brasil.

#### **4 PANDEMIA E QUESTÃO SOCIAL: reflexos sobre a classe trabalhadora no Brasil**

Recuperar aspectos da conformação do mundo do trabalho e a apreensão sobre a questão social contribuem para o processo de análise sobre as condições no cenário mais recente da pandemia causada pela Covid-19 no Brasil. Este item propõe-se a desenvolver dois objetivos específicos do estudo proposto: a) verificar os índices de desemprego no período pandêmico no Brasil; e, b) problematizar os reflexos da pandemia sobre a classe trabalhadora.

---

<sup>2</sup> Povos originários são as populações que descendem dos primeiros habitantes de uma localidade. No caso do Brasil identificamos como os povos originários os indígenas de todas as tribos que já pertenciam a este território muito antes da colonização portuguesa.

A chegada da pandemia de Covid-19 contribui para a ampliação do processo de precarização do trabalho no país, atingindo toda a classe trabalhadora e de forma mais profunda, aos trabalhadores informais e com vínculos fragilizados. Nos deparamos a partir da pandemia, com uma crise sem precedente, que provocou uma mudança brusca na vida de milhares de pessoas, é a partir dessa situação que buscamos compreender os reflexos provocados na pandemia da Covid-19 sobre a classe trabalhadora.

Em 25 de fevereiro de 2020 é registrado no Brasil o primeiro caso do novo coronavírus (SARS-CoV) na cidade de São Paulo. É a partir deste período que foi necessário impor medidas restritivas à circulação, como forma de proteção para que a propagação do vírus fosse reduzida.

As atividades não essenciais foram, em geral, paralisadas em parte do ano de 2020. Além disso, muitas vezes as autoridades precisavam retomar medidas restritivas em função de novo surto ou mesmo da chegada da segunda onda da pandemia que, a despeito do início da vacinação em vários países, impediu que, no início de 2021, se voltasse à plena “normalidade” no que tange às atividades econômicas e mesmo social (MARQUES et. al, 2021, p. 9).

A pandemia nos traz muitas inquietações, pois a partir dela que é escancarado muitos aspectos da realidade brasileira, nessa perspectiva, que é revelado o redimensionamento da questão social e suas múltiplas expressões. Com a crise econômica agravada pela pandemia, ocorre uma mudança severa no ambiente a qual a atividade humana se desenvolve - severa porque, de forma repentina, exigiu-se por conta dos riscos do novo vírus a parada das práticas da cadeia do processo produtivo -, afetando a vida econômica e social em escala global.

A paralização das atividades laborais como forma de prevenção não ocorreu de pronto no caso brasileiro, houve muita resistência e morosidade do governo federal em anunciar as medidas de proteção, criando-se um cenário de disputa entre as medidas adotadas pelos governos estaduais, municipais e governo federal. A falta de condução séria de enfrentamento da pandemia e proteção da população tem sido marca do governo Bolsonaro<sup>3</sup>.

Compreendemos que a pandemia não inicia a precária situação da classe trabalhadora. As condições aviltantes e de precarização são marcas do modo de produção capitalista, contudo, a pandemia amplia as desigualdades já existentes no

---

<sup>3</sup> O governo Bolsonaro assumiu a presidência em 2019, e trata-se de um governo ultraliberal com ideais fascistas o que tem impresso no Brasil um cenário de retrocesso no campo dos direitos sociais.

país. O impacto econômico decorrente do contexto pandêmico afetou diretamente a classe trabalhadora visto que o isolamento social, necessário, não pode ser realizado sem afetar as condições objetivas de vida daqueles trabalhadores que vivem situações de informalidade. Os trabalhadores não têm acesso às seguranças próprias do trabalho formal ficaram à mercê de respostas do Estado<sup>4</sup> para sustentação de sua renda, ou mesmo, se colocaram em situação de risco mantendo suas atividades de trabalho como forma de sobrevivência.

O advento da pandemia potencializou os níveis de desigualdade social de toda a ordem, seja de renda, de bens, a de condições de moradia, de trabalho, de alimentação, entre outras. Em última instância, dá ênfase a precarização do trabalho e a intensificação do empobrecimento da classe trabalhadora, revelando a face mais cruel da realidade.

Notícias de diferentes canais de comunicação e órgãos de pesquisa<sup>5</sup> apontam para essa crescente desigualdade com manchetes que sinalizam que a fortuna de bilionários cresceu em 60% durante a pandemia; os 500 mais ricos lucraram mais de um trilhão de dólares em 2021 (auge da pandemia); a pandemia de Covid-19 “expôs, alimentou e aumentou as desigualdades econômicas, de raça e gênero por toda a parte” (OXFAM BRASIL, 2021, on-line).

Para além dos impactos diretos na perda de postos de trabalho, fechamento de empresas, há um retrocesso em conquistas sociais e econômicas no Brasil, fruto de anos de investimento e acúmulo de algum progresso que pode ser mensurado por índices de desenvolvimento humano, esta situação combina o advento da pandemia com o cenário político do Brasil – retrocesso no campo da proteção social, novo regime fiscal EC95; governo ultraliberal.

Toda população sentiu em alguma medida os impactos do cenário pandêmico, contudo, a classe trabalhadora, base da pirâmide de sustentação do capitalismo sente este impacto de forma mais profunda, em seu ponto mais sensível, a preservação da vida. Aqueles trabalhadores que já se encontravam fragilizados em decorrência do desamparo, precarização, falta de condições mínimas para seu sustento, com a pandemia tem um novo desafio, sobreviver sem acessar sua fonte de renda.

---

<sup>4</sup> No item a seguir trataremos das ações propostas pelo Estado brasileiro para sustentação da renda dos trabalhadores.

<sup>5</sup> CNN Brasil; G1 canal de notícias; O globo; INEP; IBGE.

Foi a população de renda mais baixa, que mora nas favelas, nos cortiços e na periferia das cidades, cujas condições de moradia são precárias, tanto em termos de espaço como de acesso à água corrente e ao saneamento básico, a que foi mais suscetível à contaminação do vírus e a que mais veio a óbito. Essa população, que sua maioria exerce trabalho informal (sem direitos previdenciários e trabalhistas), é de maioria parda e preta (MARQUES et. al, 2021, p. 46).

A classe trabalhadora é a base da sustentação do sistema capitalista, ainda que tenham sido incorporadas formas de extração da mais valia relativa com o uso da tecnologia, a força de trabalho continua tendo uma função no processo produtivo e de geração de riqueza. A classe trabalhadora continua tendo sua força de trabalho explorada, precarizada, cada vez mais participam do processo produtivo de maneira informal, com salários insuficientes e condições de insegurança, sem poder contar com uma legislação trabalhista que defenda os interesses da classe trabalhadora. Podemos dizer que a classe trabalhadora desprotegida e se mantém a perspectiva de flexibilização o que se aprofunda no contexto da Covid-19 no Brasil.

A crise provocada pela pandemia de covid-19, marca o agravamento nas condições de trabalho, deixando um rastro profundo de desigualdade na sociedade brasileira. Além dos elevados índices de letalidade pelo vírus, se ampliou os níveis de pobreza, insegurança alimentar, desemprego e informalidade. Buscamos identificar os índices de desemprego e informalidade como forma de avaliar em que medida estes índices foram afetados no contexto da pandemia, conforme apontado nos quadros 1 e 2.

**Quadro 1 – Índices de desemprego no Brasil de 2018 a 2021.**

	Último trimestre de 2018	Primeiro trimestre de 2019	Último trimestre de 2019	Primeiro trimestre de 2020	Último trimestre de 2020	Primeiro trimestre de 2021
<b>Percentual de desempregados</b>	12,2%	11,9%	11%	13,5%	13,9%	14,1%
<b>Número de desempregados</b>	12,8 milhões de pessoas	12,6 milhões de pessoas	11,6 milhões de pessoas	13,4 milhões de pessoas	13,9 milhões de pessoas	14,4 milhões de pessoas

Fontes: IBGE, IPEA; DIEESE (2018, 2019, 2020, 2021).

Dados sobre índices de desemprego e trabalho informal retirados a partir do último semestre de 2018 até o primeiro semestre de 2021. Elaboração própria.

Podemos observar a oscilação do processo de desemprego conforme levantamento realizado em bancos de dados oficiais, houve um decréscimo e sustentação dos postos formais de trabalho entre os anos de 2018 e 2019. E desde

então os índices seguintes 2020 e 2021 apresenta uma sequência do crescimento dos níveis de desemprego. O isolamento como medida de contenção da pandemia teve impacto direto no processo de recessão econômica, logo, podemos inferir que houve também impacto sobre a queda dos postos de trabalho formais.

Em relação ao trabalho informal, compreendemos aquela função exercida por trabalhadores que não possuem vínculos empregatícios ou registros formais, o que implica em um risco potencial aos trabalhadores que ficam sem acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Este conjunto de trabalhadores informais contribuem para que se mantenha a circulação das mercadorias produzidas pelo capital. “A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade” (ANTUNES, 2011, p. 409), se estes trabalhadores adoecem são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. Observemos os índices sobre trabalho informal no quadro 2.

**Quadro 2** – Índices de trabalho informal no Brasil de 2018 a 2021.

	Último trimestre de 2018	Primeiro trimestre de 2019	Último trimestre de 2019	Primeiro trimestre de 2020	Último trimestre de 2020	Primeiro trimestre de 2021
<b>Percentual de trabalho informal</b>	---	41,6%	41,1%	38,7%	39,5%	40,6%
<b>Número de trabalhadores em trabalho informal</b>	35,42 milhões de pessoas	39,3 milhões de pessoas	38,4 milhões de pessoas	33,3 milhões de pessoas	34,0 milhões de pessoas	35,6 milhões de pessoas

Fontes: IBGE, IPEA; DIEESE (2018, 2019, 2020, 2021).

Dados sobre índices de desemprego e trabalho informal retirados a partir do último semestre de 2018 até o primeiro semestre de 2021. Elaboração própria.

Os índices sobre o emprego informal apontam para um cenário que não se alterou em profundidade. O Brasil tem historicamente índices elevados de informalidade, se observamos as informações em termos de número de trabalhadores nestas condições observamos que o ano de 2019 apresentou índices mais elevados, entre os anos de 2020 e 2021 apresenta uma oscilação primeiro em queda e em seguida aumento de pessoas trabalhando na informalidade. Essa queda, e de não voltarmos ao patamar de 2019, revela que além da perda de postos de trabalho formais, o contexto da pandemia implicou na perda de postos de trabalho informais.

De forma geral isso tem implicações muito grandes com relação ao contingente de pessoas desempregadas no País o que fica evidente com os dados do quadro 1.

A redução das atividades econômicas no Brasil, ocorrida de maneira mais drástica no início da pandemia, resultou em um volume significativo de demissões e levou milhões de pessoas a perderem sua renda no todo ou em parte, principalmente entre os ocupados do mercado informal de trabalho [...] essa situação levou ao aumento da pobreza e à desestruturação dos meios de vida da maioria da população. Tais problemas, combinados com a aceleração inflacionária, provocaram redução significativa do consumo dos brasileiros, especialmente dos segmentos de renda da base da pirâmide (MARQUES et. al, 2021, p. 46).

A taxa de desemprego, que chegou a 14,1% no início de 2021 é a maior taxa de desemprego já observada desde o início da série monitorada pelo IBGE em 2012. A queda da ocupação foi disseminada por toda a classe trabalhadora, ou seja, trabalhadores autônomos e informais também sofreram este impacto. Nesse ponto podemos observar que dados são alarmantes, no pior momento da crise, segundo IDados (2020), quase 1,4 mil brasileiros foram demitidos por hora.

Além da perda de postos de trabalho e por consequência a perda da renda, esbarramos em outros desafios oriundas no cenário de crise da pandemia como o aumento do custo de vida, o que implicou em aumento do número de pessoas vivendo em condições de pobreza, o Brasil volta a ocupar um lugar no ranking do mapa da fome algo que fora superado em 2004, isso sem contar os impactos sobre a saúde dos trabalhadores adoecidos pela contaminação da Covid-19 entre outros problemas de saúde mental.

Com a desigualdade estrutural no mercado de trabalho brasileiro, os três grupos que foram os mais afetados com o desemprego na pandemia foram as mulheres, a população negra e jovem. A divisão social e técnica do trabalho (ANTUNES, 2000) se intensifica no período da pandemia se expressa pela desigualdade de gênero, a taxa de desemprego por sexo permanece acima da média, entre mulheres é de 16,4%, já entre os homens, a taxa é de 11,9% (primeiro trimestre de 2021), ao observar os dados de desemprego segundo a cor da pele, o índice de desemprego chegou a 17,2% acima da média nacional.

Podemos inferir através das informações sobre o quadro de empregos e níveis de desemprego que o contexto da pandemia afetou em maior profundidade os trabalhadores jovens, com idade entre 18 e 24 anos, com ensino médio incompleto o

que representa uma parcela de trabalhadores em postos de trabalho com menores salários.

Outro fator identificado que afeta a classe trabalhadora no contexto da pandemia foi o aumento no custo de vida na contramão do contexto de retração dos rendimentos. O orçamento familiar sofreu com o aumento dos combustíveis, alimentação, energia elétrica, gás de cozinha e transporte. A maioria dos trabalhadores encontra-se acuados com a situação, pois tudo sofreu reajuste, menos a renda mínima do brasileiro. O Brasil ocupa o 4º lugar no ranking com países em que a população teve maior percepção da inflação no contexto da pandemia, os principais responsáveis pelo aumento do custo de vida são o transporte público (pela alta dos combustíveis) e os gastos com alimentação (ZANATTA, 2021, on-line).

A alta dos alimentos da cesta básica, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE), em 2020, sofreu uma elevação significativa no preço dos produtos necessários para as refeições do dia a dia do povo brasileiro. Essa alta foi reflexo da desvalorização mútua e do alto volume das exportações além disso, fatores climáticos, longos períodos de estiagem ou de chuvas, também influenciaram no preço dos alimentos. O preço médio, mais elevado, da cesta básica em 2020 foi observado em São Paulo em dezembro de 2020, chegou a R\$631,46. Este valor correspondeu a 53,45% do salário-mínimo vigente no período, que era de R\$1.045 - foi o maior percentual observado desde 2008, quando chegou a 57,68% (DIEESE, 2020).

A delicada situação econômica agravada pela pandemia contribuiu para empobrecimento da população no Brasil, em especial a classe trabalhadora que depende da venda de sua força de trabalho e tem no contexto da pandemia suas condições de vida gravemente afetadas. No Brasil, a pobreza triplicou, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza saltou de 9,5 milhões em agosto de 2020 para mais de 27 milhões em fevereiro de 2021.

O cenário imposto pelo coronavírus “somente vem agravar uma condição preexistente tanto de desemprego quanto de carência de moradia, saneamento, alimentação adequada e acesso a políticas sociais. Agrava também a informalidade das relações de trabalho e outras questões que claramente levam a um cenário de desproteção social (PESSÔA; BERWIG; ALMEIDA, 2021, p. 13).

Uma grande parte da população enfrenta a fome e sofre com a falta de acesso direitos básicos, já que a renda extremamente baixa das famílias não têm conseguido

acompanhar a alta de preço dos alimentos. Tais condições desenham um cenário desalentador, de instabilidade e risco para o conjunto da classe trabalhadora.

#### **4.1 Medidas de enfrentamentos a pandemia**

Neste item elaboramos uma reflexão que atenda para os outros dois objetivos específicos propostas pela pesquisa: a) identificar ações de sustentação da renda durante a pandemia; e, b) identificar ações do governo federal no combate ao desemprego durante a pandemia.

Diante do cenário pandêmico, todos os países, inclusive o Brasil, precisaram se mobilizar para atender os impasses decorrentes da Covid-19, assim, precisaram criar ações de proteção sanitária a fim de conter com a proliferação da contaminação da população afetada pelo vírus, e, medidas referentes ao impacto econômico, especialmente nas camadas mais populares da sociedade. A pandemia alastrada demandou ações promovidas pelo Estado para superação da crise sanitária, mas sobretudo, que acolhessem as necessidades essenciais da população e impedir o aprofundamento da pobreza.

A crise econômica difunde-se, em um certo ponto, em razão da implementação do isolamento social que, em alguns momentos, medidas mais rígidas foram adotadas, constituindo-se em um verdadeiro lockdown. Diante disso, essa crise vem demonstrando déficit em vários setores, sobretudo, na saúde pública, na insuficiência de recursos seja financeiro e/ou materiais. Durante a pandemia, “governos de diferentes posturas com relação ao neoliberalismo injetaram volumes significativos de recursos para mitigar a crise econômica e social decorrente da paralisação das atividades por conta do isolamento social total ou parcial” (MARQUES; BERWIG, 2021).

O Brasil se viu despreparado frente à situação, refletindo em alto índice de desempregados e número elevadíssimo de óbitos por Covid-19. A população desempregada ou em trabalho informal se viu sem acesso a renda. Este despreparo tem relação com a postura do governo federal de negacionismo frente o cenário pandêmico e com o novo regime fiscal – do congelamento dos gastos por vinte anos, EC95). A crise econômica vivida no país foi conduzida por um Estado que não assumiu compromissos (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Após as pressões da sociedade e dos governos de municípios e estados o governo federal apresentou medidas protetivas como isolamento social, compra de vacinas, mas esse processo é marcado por polêmicas legítimas diante da postura negacionista do governo federal que não conduziu de forma séria a proteção da população e avanço do vírus no território nacional. O sistema de proteção social vigente no país - formado pelo Sistema Único de Saúde, pelo Instituto Nacional de Seguro Social, pela Assistência Social e pelo Seguro Desemprego -, “demonstrou-se insuficiente para dar conta da crise sanitária provocada pela Covid-19 e para enfrentar a situação de calamidade pública decorrente da perda de emprego e renda que ocorreu no país” (MARQUES; BERWIG, 2021).

Assim como em outros países, o Brasil precisou liberar recursos extras para desenvolver programas na tentativa de manter empregos e salários a fim de apoiar a população vulnerável, em especial aquelas pessoas de mais baixa renda. “As iniciativas realizadas pelo governo federal para combater o avanço do desemprego em função da recessão provocada pelo isolamento social confundem-se, em parte, com as medidas de manutenção da renda” (MARQUES et. al, 2020, p. 15).

Ao identificar as ações de enfrentamentos criadas a partir da pandemia, a fim de combater com o desemprego, foram produzidos programas de manutenção dos postos de trabalho como medida de sustentação de emprego. O governo federal lançou em março de 2020 o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, através do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm). Este programa dispõe medidas trabalhistas para o enfrentamento da calamidade pública decorrente da Covid-19. O objetivo do programa era sustentar o processo produtivo e com isso manter os postos formais de trabalho.

O programa previa,

[...] a redução da jornada de trabalho e salário (por até 90 dias) ou suspensão do contrato (por 60 dias), sendo que, em 14/07, a redução foi prorrogada por um mês e a suspensão por dois meses. O salário pago pelo empregador em caso de redução da jornada é complementado pelo Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda. O valor do benefício é calculado aplicando-se o percentual de redução do salário ao que o/a trabalhador/a teria direito se requeresse o seguro-desemprego. Ou seja, se o trabalhador tiver a jornada e salário reduzidos em 50%, seu benefício será de 50% do valor do seguro-desemprego ao qual teria direito, se tivesse sido dispensado (MARQUES et. al, 2021, p. 311).

O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) pode ser requerido quando houve negociação coletiva ou individual entre trabalhadores e

empregadores nas situações de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e suspensão temporária do contrato de trabalho. Este benefício foi disponibilizado a partir de critérios, requisitos para concessão, e só contemplou trabalhadores formais, ou seja, aqueles que possuem carteira assinada. Não pode acessar o benefício aqueles trabalhadores ocupantes de cargo ou emprego público, aqueles que recebem benefícios continuados de previdência social e aqueles que estavam recebendo seguro-desemprego no período de duração do BEm.

Outro recurso disponibilizado para sustentação do trabalho e da renda, foi a abertura de linha de crédito, criada em abril de 2020, um meio de financiamento das despesas empresariais para pagamento dos salários, adquirido diretamente em agências bancárias ou instituição financeira. Esta linha de crédito foi disponibilizada para pessoas físicas e para pessoas jurídicas - nada mais é do que um montante de dinheiro que você pega emprestado sob juros mais baixos.

[...] a linha de crédito dirigida às pequenas e médias empresas (com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões por ano), iniciada em 06/04, tem como objetivo financiar até dois salários-mínimos por trabalhador, sob a condição de que as empresas não demitam seus funcionários durante dois meses. A taxa de juros do empréstimo é de 3,75%aa, com carência de seis meses e um prazo de 30 meses para o pagamento do empréstimo. Os salários são pagos diretamente aos trabalhadores, sem intermediação do empregador (MARQUES et. al, 2021, p. 312).

Esta proposta de financiamento se mostrou um fracasso como medida de sustentação do trabalho e da renda. Em 15/05/2020, apenas 3,5% dos recursos disponíveis haviam sido utilizados, num total de 61.567 empresas e beneficiando 1.032.477 trabalhadores. Ao final de maio de 2020, esse percentual havia aumentado para 4,9%, o não significou um aporte eficiente já que contribuiu para endividamento de empresas de pequeno e médio porte (MARQUES et. al, 2021).

Antes da pandemia, o Brasil tinha dois instrumentos de apoio à população de baixa renda, que são: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) vinculado a política de Assistência Social garantido às pessoas com 65 anos ou mais e aos deficientes. Para acessar este benefício é necessário que a renda per capita familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo. O outro programa de sustentação de renda no caso brasileiro é o Programa Bolsa Família, disponibilizado às famílias em condição de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 89,00, recebendo o benefício fixo de R\$ 89,00) e pobreza (renda per capita de até R\$ 178,00, com direito a benefício de R\$

41,00 por criança, adolescente ou gestante, até o limite de 5, chamado de benefício variável).

Destacamos como principal ação governamental no campo da sustentação de renda, o Auxílio Emergencial (AE) criado em 29 de junho de 2020, configura-se como um suporte financeiro que garante renda mínima para aos brasileiros. Para Barbosa e Prates (2020, p.3) “a finalidade do programa não é combater as desigualdades de caráter mais estrutural, mas sim conter os impactos de um choque exógeno sobre o mercado de trabalho e as condições de vida das famílias”. Sua criação disponibiliza proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia da Covid-19.

O AE é um benefício financeiro de R\$ 600,00, podendo a mulher, caso provedora de família monoparental, receber duas parcelas, isto é, R\$ 1.200,00 concedido pelo governo federal e destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos, contribuintes individuais ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e desempregados que pertençam à família cuja renda mensal per capita não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou cuja renda familiar total seja de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00) (MARQUES et. al, 2021, p. 319).

Os pagamentos do AE foram efetuados em dois momentos: entre os meses de abril e agosto de 2020 e, entre os meses de setembro e dezembro de 2020 – este último atendendo um público-alvo menor, restringindo consideravelmente os beneficiários. O número de pessoas beneficiadas chegou até o fim de 2020 a 68 milhões de pessoas. Ainda em agosto de 2020 pelo menos 44% dos beneficiários afirmaram que o AE era naquele momento sua única fonte de renda (IBASE, 2020).

O avanço e persistência da pandemia somadas as pressões sociais, levaram a que o governo federal mantivesse o AE sob uma nova modalidade de auxílio, bem mais restrita em relação à anterior, a qual já havia sofrido ajustes. No lugar dos R\$ 300,00, os valores a serem pagos, de abril a julho de 2021, foram de R\$ 150, R\$ 250 ou R\$ 375, a depender do tamanho da família. Essa modalidade, chamada de Auxílio Emergencial Residual. Além de reduzir os valores do benefício, restringiu seu acesso a apenas um beneficiário por família, o que acabou por limitar o número de pessoas que acessaram o AE no ano de 2021.

Em plena deterioração do mercado de trabalho, aumento dos índices de pobreza e de desemprego, no segundo semestre de 2021, o governo federal anunciou o encerramento do AE. Não bastasse o fim do AE em um contexto de agravamento

da questão social, o governo anuncia a substituição do Programa Bolsa Família (PBF)<sup>6</sup> pelo Auxílio Brasil (AB). A ex-ministra Tereza Campello denuncia que mais de 22 milhões de pessoas deixaram de receber ajuda do governo federal – a alteração do PBF e o fim do AE em um contexto de empobrecimento da classe trabalhadora revela a face mais perversa da gestão negacionista e ultraliberal do governo Bolsonaro (GUIMARÃES, 2022).

O Brasil vem reagindo de forma imprudente aos problemas decorrentes da crise. Podemos ver que os resultados das iniciativas implementadas, ainda que importantes, não foram suficientes para a manutenção da renda e dos empregos, pois, não evitou que o desemprego, a precarização do trabalho, a pobreza, e a fome aumentasse no país.

Neste contexto, é extremamente necessário a realização da manutenção de políticas de transferência de renda, considerando que os trabalhadores formais e informais precisam de programas sociais que os amparem além de demandar uma política robusta de recuperação de postos de trabalho formais, gerando empregos e renda, a qual promovam uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores. O cenário de risco se agravou com o fim do AE e com o fim do PBF. A ausência de estratégias do governo federal para estimular a criação de novos empregos coloca para os trabalhadores a responsabilidade individual sobre sua condição de pobreza, e a postura do Estado tem sido de se isentar de suas responsabilidades.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O cenário pandêmico decorrente da Covid-19, sensibilizou grande parte do planeta, com nefastos efeitos econômicos, sociais e sanitários. Desenvolvemos este estudo sob a perspectiva de compreender a conformação da questão social e o agravamento desta a partir do avanço da pandemia causada pela Covid-19. Para isso consideramos como ponto de partida as apreensões sobre o modo de produção capitalista, a exploração da força de trabalho e o acirramento das desigualdades sociais, geográficas, de renda e trabalho. Tornou-se necessário contextualizar o desenvolvimento e as metamorfoses do sistema capitalista, resgatando as mudanças

---

<sup>6</sup> Ainda que não seja o foco deste estudo entendemos importante sinalizar essas mudanças pois elas têm impacto sobre a proteção da classe trabalhadora, especialmente no que se refere a transferência de renda.

no mundo do trabalho, e os impactos sobre as condições de trabalho na pandemia – que guardam as mediações ocultas que conectam a relação direta com a questão social e suas múltiplas expressões.

As considerações desenvolvidas aqui levaram em consideração atender o objetivo geral do projeto de pesquisa que buscou *estudar os reflexos da pandemia da Covid-19 para a classe trabalhadora a fim de refletir sobre o agravamento da questão social no Brasil*, com a finalidade de responder o problema de pesquisa: *quais os reflexos da pandemia da Covid-19 para a classe trabalhadora no Brasil?* Como suporte usou-se de quatro questões norteadoras para o desenvolvimento do processo de observação sobre o objeto e o problema de pesquisa, assim, ficou determinado sobre: 1) Quais os índices de desemprego no período pandêmico no Brasil? 2) Quais as ações implementadas para sustentação da renda no Brasil durante a pandemia? 3) Que ações o governo federal brasileiro lançou para combater o desemprego durante a pandemia? e, 4) Quais os reflexos sentidos à classe trabalhadora na pandemia?

O levantamento de dados realizado entre o período pandêmico no Brasil nos deixa explícito o alto índice de desemprego, pois, segundo dados do IBGE no primeiro semestre de 2021, 14,4 milhões de brasileiros encontram-se afastados das atividades laborais. Como meio de amenizar a situação de calamidade pública, o governo federal implementou ações de sustentação de renda e ações para combater com o desemprego no Brasil. Como principal ação governamental no campo da sustentação de renda, foi criado o Auxílio Emergencial, já as ações criadas a fim de combater com o desemprego, são derivadas do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da renda (BEm) e o recurso linha de crédito.

Observamos a partir dos dados da realidade levantados no processo de coleta documental que a pandemia tem sim impactos diretos sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Logo os reflexos da pandemia da Covid-19 para a classe trabalhadora se expressa no aprofundamento da questão social e suas múltiplas expressões: afetando os postos de trabalho, impactando em altos índices de desemprego, inserção laboral informal, falta de meios para sobrevivência frente a ausência de mecanismos robustos de preservação do emprego e da renda, crescimento dos índices de pobreza, insuficiência de ações protetivas pelo Estado, avanço da precarização e flexibilização das condições e relações de trabalho. Além dos aspectos mencionados, identificamos o aumento do custo de vida, especialmente

de itens essenciais como alimento, transporte, energia elétrica o que afeta substancialmente a classe trabalhadora.

Vivenciamos uma sociedade conformada pela desigualdade social, e que tem como enfrentamento histórico a garantia de proteção social à classe que vive do trabalho. No contexto da pandemia essas desigualdades se ampliam, são desmascaradas à luz de sua gênese, logo, não podemos afirmar que a pandemia é responsável pelas desigualdades do contexto brasileiro, mas ela contribuiu diretamente para o acirramento das expressões da questão social e intensificação da crise do capital no Brasil e fora dele.

Compreender que as desigualdades, as condições de pobreza, e a precarização do trabalho não tem sua gênese na pandemia é essencial para ler a realidade social a partir da perspectiva que se fundamenta na análise da estrutura social a partir do modelo de produção capitalista e das mudanças no mundo do trabalho que foram promovidas com vistas a atender os interesses do capital – o acúmulo de riqueza. Nesta análise reside a leitura de realidade sob a teoria social crítica que orienta o conhecimento, o desvendamento das expressões da questão social como resultado do processo histórico situado no tensionamento na luta de classes – entendimento necessário para o campo do serviço social.

A pandemia da Covid-19 deixa evidente o agravamento da questão social e suas múltiplas expressões. Ainda é precoce falarmos no fim da pandemia. Ao entrar no ano de 2022 observava-se o avanço positivo nas vacinações, mas infelizmente vivenciamos a nova face da variante ômicron, que apesar do baixo índice de letalidade tem-se mostrado de alto contágio. Este cenário nos convoca a refletir, pesquisar para compreender as possibilidades de desvendamento da realidade e assim potencializar a intervenção profissional. O agir profissional está pautado na superação das desigualdades sociais, da exploração e das opressões, logo, este estudo contribui para pensar alternativas e avançar no entendimento dos reflexos da pandemia como expressões da questão social, fruto do desenvolvimento e avanços do capital.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. **AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Capítulo II. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.** CLACSO, 2000. Disponível em:  
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>>.  
Acesso em: 06 de set. de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O Trabalho, Sua Nova Morfologia E A Era Da Precarização Estrutural.** Revista Theomai, núm. 19, 2009, p. 47-57 Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo Buenos Aires, Argentina.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARBOSA, Rogério Jerônimo; PRATES, Ian. **Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP 936) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia.** São Paulo 2020. Disponível em:  
<[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3630693](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3630693)>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social, fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

CLARISSA, Tenório Maranhão Raposo; JÉSSILA, Dos Santos Belo. **A QUESTÃO SOCIAL E SUA GÊNESE.** Vitória – ES, 2018. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22786/15247>>. Acesso em: 27 de jan. de 2022.

DIESSE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/>> Acesso em: 20 de fev. de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, C. **O Brasil se despede do Bolsa Família.** Revista POLI: saúde, educação e trabalho. Ano XIV, nº 81, jan./fev. 2022. Disponível em:  
<[https://www.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/revista\\_poli\\_-\\_edicao\\_81\\_-\\_web.pdf](https://www.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/revista_poli_-_edicao_81_-_web.pdf)>.  
Acesso em: 07 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Auxílio Emergencial precisa corresponder à realidade.** 2020. Disponível em:  
<[https://ibase.br/2021/03/15/auxilio-emergencial-precisa-corresponder-a-realidade/opiniao/?qclid=EAlaIqobChMI--WBzpHu9QIVQQ-RCh2r8wpJEAYASAAEgLwt\\_D\\_BwE](https://ibase.br/2021/03/15/auxilio-emergencial-precisa-corresponder-a-realidade/opiniao/?qclid=EAlaIqobChMI--WBzpHu9QIVQQ-RCh2r8wpJEAYASAAEgLwt_D_BwE)>. Acesso em: 06 fev. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. 19. ed. – São Paulo: Cortez; (Lima, Peru): CALATS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voJ4T345.pdf>>. Acesso em: 02 de dez. de 2021.

LESSA, Sérgio; Tonet, Ivo. **A introdução à filosofia de Marx**. Redação final V8, 2004. Disponível em: [http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao\\_a\\_Filosofia\\_de\\_Marx.pdf](http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf)>. Acesso em: 27 de jan. de 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katálisis. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1796/179613967004.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. de 2022.

MACHADO, Thaise T. L.; SANTANA, Thamara. L. T.; LOPES, Vanessa M. G. **MUDANÇAS MULTIDIMENSIONAIS NO MUNDO DO TRABALHO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE SUAS CONSEQUÊNCIAS**. Florianópolis, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180063/101\\_00564.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180063/101_00564.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

MABDELBAUM, Belinda; RIBEIRO, Marcelo. **Desemprego: uma abordagem psicossocial**. São Paulo: Blucher, 2017.

MARQUES, Rosa Maria; BERWIG, Solange Emilene; LEITE, Marcel Guedes; DEPIERI, Marcelo Álvares. Sustentação do emprego e renda na crise econômica da Covid-19 em países da América Latina. **Revista Argumentum**. V.12 Nº 3. 2020. p. 12-24. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v12i3.32453>> Acesso em 04 de fev. de 2022.

MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes; BERWIG, Solange Emilene; DEPIERI, Marcelo Álvares. **Pandemias, Crises e Capitalismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2021, 160 págs.

MARQUES, Rosa Maria; BERWIG, Solange Emilene. As políticas sociais no pós-pandemia: há algo de novo no front? **Revista Argumentum**. V.13 Nº 1. 2021. P. 6-18. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v13i1.35362>> Acesso em 04 de fev. de 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. Editora Cortez: São Paulo, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. LIMA, Neusa Cavalcante. MONTEIRO, Amor António. DINIZ, Rodrigo. **A história oral na pesquisa em serviço social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Disputas científicas que transbordam para o campo da Ética em pesquisa**. Rio de Janeiro RJ – Brasil, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.11862015>>. Acesso em: 26 de jan. de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2002.

NETTO, Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

OXFAM BRASIL. **O Vírus da desigualdade**. 2021. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/#:~:text=A%20pandemia%20de%20covid%2D19%20exp%C3%B4s%2C%20alimentou%20e%20aumentou%20as,vida%20de%20bilh%C3%B5es%20de%20pessoas>>. Acesso em 04 de fev. 2022.

PELEGRINI, Leandro de Melo. **Os limites à flexibilização e desregulamentação (desconstitucionalização) do direito do trabalho pela fundamentalidade dos direitos sociais e pelo princípio da vedação ao retrocesso social**. Revista Jurídica – CCJ ISSN 1982-4858 v. 18, nº. 36, p. 111 - 142, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/download/4171/2836>>. Acesso em: 27 de jan. de 2022.

PESSÔA, Elisângela Maia; BERWIG, Solange Emilene; ALMEIDA, Andréia Cristina da Silva de. Dimensões profissionais do Serviço Social: sistematização dos documentos do CFESS e da ABEPSS em tempos de pandemia. **Revista Textos & Contextos**. V. 20, nº 1. P. 1- 20. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.39472>> Acesso em 06 de fev. de 2022.

RAPOSO, Clarissa Tenório Matanhão; BELO, Jéssila dos Santos. **A QUESTÃO SOCIAL E SUA GÊNESE**. UFES, Vitória – ES, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22786/15247>>. Acesso em 02 de dez. de 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. Disponível em:  
<[http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao\\_a\\_Filosofia\\_de\\_Marx.pdf](http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf)> . Acesso em: 06 de set. de 2021.

WOOD, Thomaz Jr. **FORDISMO, TOYOTISMO E VOLVISMO: " OS CAMINHOS DA INDUSTRIA EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 32(4): 6-18, 1992. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/rae/a/nYfcsD8bM6xQtCMFztp9ZDz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. **Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 138, p. 207-213, maio/ago. 2020. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3k9rXGbp3TSLjKCrBw9tkC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 04 de fev. de 2022.

ZANATTA, Pedro. Para 73% dos brasileiros, custo de vida aumentou em seis meses, diz pesquisa. **CNN Brasil**. 2021. Disponível em:  
<<https://www.cnnbrasil.com.br/business/para-73-dos-brasileiros-custo-de-vida-aumentou-em-seis-meses-diz-pesquisa/>>. Acesso em 04 de fev. de 2022.